

As crianças laudadas nas escolas e as realidades que governam:

Articulações entre vida e morte, na mira dos carimbo médicos

Palabras chave: medicalização – educação infantil – dispositivo de racialidade

Autora: Nathalia Mazolli Veiga

IMS – UERJ – Rio de Janeiro - RJ

Situo-me como mulher branca, psiquiatra e pesquisadora em Saúde Coletiva, convocada a transpor as cercas e fontes de opressão da formação médica. Atuando como psiquiatra de Centro de Atenção Psicossocial Infantojuvenil (CAPSi) do município do Rio de Janeiro, entre 2020 e 2023, uma determinada demanda de trabalho muito me inquietou: escolas demandando laudos médicos para que as crianças pudessem permanecer nas atividades escolares. As responsáveis pelas crianças solicitavam o mesmo documento: um laudo médico que era necessário levar à escola. Algumas enfatizavam que a escola exigia o laudo pois, sem ele, a criança não poderia retornar à escola pois “estava muito difícil lidar com ela lá”. Outras informavam que a escola gostaria de “compreender qual era o diagnóstico da criança e assim poder ajudá-la melhor em suas dificuldades”.

Para os meus curtos anos de atuação como médica e o olhar crítico ainda pouco aguçado pela prática e seus abismos políticos e sociais, a demanda por laudos apresentava-se grande e, de pronto, me inquietou. No trajeto de perguntas que me direcionaram tanto no trabalho quanto no desenho da pesquisa na qual este ensaio se insere, recorri às escolas de onde as demandas estavam surgindo e também a CRE (Coordenadoria Regional de Educação). Minha intenção, como psiquiatra de um CAPSi, era articular ações intersetoriais e compartilhamento do cuidado, ambas previstas nas diretrizes da RAPS (Rede de Atenção Psicossocial) Entre tantos outros pontos que hoje moldam a metodologia com a qual desejo investigar este campo, aponto como central neste presente trabalho a expressão que muito ouvi nestes diálogos: *crianças laudadas*.

Tenho na lembrança a primeira vez que fui até a CRE I, localizada no Centro do Rio de Janeiro. Tomada também por muitas emoções atreladas ao início de um envolvimento com o setor da Educação que, pessoalmente sempre me convocou, registro esta lembrança com a imagem de uma torre branca na sala da chefia e a voz de alguém,

apontando com os dedos para ela e afirmando: “essa é a pilha de *crianças laudadas* que ainda não foram nem avaliadas por nós, pra você ver né? As escolas solicitam os laudos e alguns mais complicados chegam a nós para avaliarmos as necessidades dos alunos, mas é difícil dar conta de tantos, os recursos são escassos pra todos os lados”.

Aqui, percorrendo o caminho que me levara à torre branca de laudos, amplio a concretude da coloração branca do papel chamando atenção pelo tamanho de tantos juntos empilhados, para investigar o papel da coloração presente também nos atores envolvidos na performance destes documentos em território escolar, ou seja, desde a elaboração da demanda para que o mesmo exista, ao seu processo de fabricação, circulação, produção de verdades, discursos, afetos e subjetivações.

Assim, aproprio-me da expressão *crianças laudadas*, recolhida em minha prática, para tomá-la como norte investigativo, visando compreender como esta categoria passa a existir dentro das escolas, a partir da demanda e performance dos laudos psiquiátricos neste campo, assim como o emaranhado político e teórico que acredito que ela pode revelar e que este ensaio, como um tropeço, insiste em alarmar, para posturar. Tratando-se de infâncias, saúde mental e educação, não há outra postura a ser firmada que não seja a da justiça social, em cada ruído – histórico e/ou urgentemente atual - de desigualdade que pudermos apontar em nosso país, seja ela de raça, gênero ou classe.

Nas linhas aqui escritas, darei centralidade à categoria raça, conduzindo-me nó por nó que este ruído, muitas vezes ensurdecador, profundo o tanto que é, causa em minha e em toda garganta que não permite silenciar o horror estatístico que é o racismo em nosso país, onde um jovem negro é assassinado a cada 23 minutos. Que seja permanente a nossa revolta mais genuína e articulação coletiva contra o extermínio da juventude negra e, para isso, precisamos enxergá-lo também no efeito de muitas miras, como esta que também pode ser nossos carimbos médicos, os laudos que assinam, o que descrevem e a branquitude de quem, como eu, em algum momento redige tais documentos.

Ao interrogarmos sobre a categoria raça presentes nos laudos médicos que adentram as escolas, faz-se necessário operacionalizá-las na performance de tais documentos. Considerar que esta é atravessada pelas hierarquias existentes entre esses

papéis e as pessoas envolvidas em sua magnitude me parece parte da principal hipótese que é a de que tais laudos contribuem para a medicalização da educação, como entenderemos a seguir. Assim, encaminho-me para buscar compreender como esses laudos operam os regimes de visibilidade dessas hierarquias, o que afirmam, o que ocultam, produzindo determinações e agências no contexto investigado.

As escolas, de forma dominante, assumem papel hegemônico na produção e reprodução da lógica neoliberal, sendo terreno fértil para olhares e práticas medicalizantes (VIÉGAS & CARVALHAL, 2020). As pesquisas da Psicologia Educacional e Escolar e das Ciências Sociais e Humanas demonstram o poder com que a lógica biomédica adentra as escolas e determina os padrões de normalidade dentro da vida escolar e das pesquisas realizadas na e sobre a escola, o que é definido como medicalização da educação (VIÉGAS, HARAYAMA e SOUZA, 2020).

A partir do texto *Um panorama sobre as variações em torno do conceito de medicalização entre 1950-2010* destaco que há diferentes definições deste conceito na literatura especializada, sendo um cuidado explicitar a concepção adotada, afim de evitar imprecisões e perda de sua acurácia analítica. A medicalização como um fenômeno social complexo, que compreende ações coletivas e não deve ser compreendida em apenas um sentido, sendo este bom ou ruim, será aqui estudada como um processo que deve ser investigado nas peculiaridades de seu contexto, sendo composta de inúmeros arranjos histórico sociais da Medicina e suas facetas, assim como de quaisquer grupos que utilizam a linguagem médica (ZORZANELLI; ORTEGA; BEZERRA, 2013).

Tenhamos, então, que a medicalização será aqui abordada a partir de uma perspectiva Foucaultiana, como a usual e hegemônica prática de tentar explicar o modo de ser, de viver, de sentir e agir, em uma relação majoritariamente causal biomédica, em detrimento de outros aspectos que compõem uma analítica da produção da saúde, como descreve o seguinte trecho:

Podemos destacar, na obra de Foucault, no mínimo, dois sentidos para o termo medicalização, inextrincáveis, mas cronologicamente diferentes: o primeiro, ligado ao processo de medidas coletivas do Estado na contenção, controle e registro de doenças, bem como na formação de práticas de salubridade; o segundo, diretamente desdobrado do primeiro, mas situado já no

contexto pós-Segunda Guerra, diz respeito à ausência de exterioridade da medicina, ou seja, impossibilidade de descrever experiências com o corpo humano que não passem, em algum sentido, pelo saber médico (ZORZANELLI; ORTEGA; BEZERRA, 2013).

Considerando o que Foucault chamou de “ausência de exterioridade da medicina”, podemos alinhar uma estreita e fundamental relação da medicalização com a elaboração das demandas por laudos psiquiátricos pelas profissionais das escolas. Isto porque não há exigência alguma, em nenhuma instância formal da educação, para que estes laudos existam. Em 2014 a Nota Técnica 04/2014 do MEC/SECADI/DPEE, fez cair a exigência de um laudo médico para incluir uma criança com dificuldades na escola regular, por considerar que essa exigência restringe o direito universal de acesso à escola.

Fica possível imaginarmos que a demanda de laudos psiquiátricos pelas escolas é elaborada também a partir de um desejo de respostas médicas para comportamentos desafiadores que as crianças apresentam. Assim, quando o laudo psiquiátrico adentra o território escolar, exercendo afetos e poderes os quais desejo investigar, ele apresenta-se como uma das variáveis do fenômeno da medicalização da educação, sendo peça chave de uma comunicação que, a partir da linguagem médica e cerebral, produz verdades que arriscam encerrar importantes fatos e debates que envolvem contextos sociais e históricos que estão inseridas as crianças, assim como silenciamentos que, como enredarei mais à frente, articulam-se com o Dispositivo de Racialidade proposto por Sueli Carneiro.

O campo da educação é afetado por essa discussão, sendo invadido por metáforas cerebrais em torno da neuroplasticidade que, associadas à ênfase do empreendedorismo e do manejo de riscos, levam a deslocamentos na identidade da criança e dos adolescentes contemporâneos. A escola precisa estar atenta a esses movimentos que misturam ciência, ideologia e moral neoliberal em proporções difíceis de se distinguir a priori. (LIMA; KLEIN, 2020).

Este campo descrito deve ser analisado também sob as lentes que o texto *Uma neuro-weltanschauung? Fisicalismo e subjetividade na divulgação de doenças e medicamentos do cérebro* (AZIZE, 2008) nos empresta, abarcando o consumo de tecnologias, aprimoramento e processos de subjetivação, nos fornecendo importante chão teórico para compreendermos a entrada da linguagem médica nas escolas e a como, à medida que vão surgindo cada vez mais tecnologias biomédicas oferecidas, criam

inversões nas questões envolvidas, principalmente no que diz respeito a disponibilidade dessas tecnologias e desigualdades que a compõem.

Uma análise rigorosa da categoria medicalização pode nos alarmar para o silenciamento de questões históricas, sociais e culturais complexas ao considerar o fracasso escolar um problema individual a ser descrito em laudos médicos que visam explicar as dificuldades encontradas pelas crianças nas escolas, tal como expõe Maria Helena Souza Patto, referência elementar para a compreensão da temática no Brasil, enquanto um processo de raízes históricas bem de implicações éticas e políticas permanentes:

“As práticas de diagnóstico de alunos encaminhados por escolas públicas situadas em bairros pobres constituem verdadeiros crimes de lesa-cidadania: laudos invariavelmente faltos de um mínimo de bom senso, mergulhados no mais absoluto senso comum produzem estigmas e justificam a exclusão escolar de quase todos os examinandos, reduzidos a coisas portadoras de defeitos de funcionamento em algum componente da máquina psíquica" (PATTO, 2000, p.67).”

Convido, agora, pensarmos estritamente no artefato documental que é o laudo médico. Sempre encerrado com um diagnóstico, um CID (Código Internacional de Doenças) e, por último, mas não menos importante: o carimbo médico. Desde o nome da criança, que dá início ao documento, ao carimbo que encerra, não encontrei nenhum laudo que apresentasse a categoria raça para ser preenchida ou mesmo sendo mencionada na história da criança. Isso não quer dizer que não existam, já que cada médico pode fazer seu laudo ao seu modo. O que acontece é que existem modelos que circulam em cada rede, nós médicos preenchemos – quase sempre em pouquíssimas linhas, carimbamos, entregamos e o papel se alastra. Instigada a inventar, aos meus modos, formas outras de redigir tais laudos que fossem menos grotescas e potencialmente violentas foi que caminhei para pensar um pouco mais sobre esse específico ato de documentar.

Palavrearei uma lembrança que muito me estimula a pensar este trabalho. Uma das *crianças laudadas* (aqui chamarei de menino) que acompanhei pelo CAPSi, com seus 12 anos de idade, vivia em uma ocupação sem água encanada e de acesso restrito pelo comando do poder local, no bairro da Gamboa, localizado na *Pequena África*, como é conhecida a região, no município do Rio de Janeiro. O cenário das precarizações e violências do Estado ali estão permanentemente evidentes.

O menino estava às vias de ser matriculado na terceira escola naquele mesmo ano. Havia sido expulso das outras duas. O laudo que carregava da anterior estava “desatualizado” e a nova escola exigia um novo para matriculá-lo. As notícias que chegaram a mim junto com a demanda de atendimento, entre outras, eram de que estava muito difícil fazê-lo permanecer na escola e que ele estava muito agressivo na rua e não retornava para sua casa. A raça do menino era negra. O cabelo dele, e ele não abria mão, era na régua. Estava aprendendo a ler e a escrever, mas este processo de tão longo vinha o desanimando e conseguia escrever seu nome até a metade das letras.

O “laudo desatualizado” que foi entregue pela escola anterior constava o diagnóstico Transtorno de Conduta e alguns dos sintomas relatados e que também fazem parte dos critérios diagnósticos apresentados pelo DSM-5 (Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais) eram: “frequentemente provoca e intimida os outros; frequentemente mente para obter ganhos materiais; afeto superficial; ausência de preocupação e medo; falta de empatia e não demonstra preocupação com seu desempenho na escola”. Além de, claro, Deficiência Intelectual, já que ainda não havia sido alfabetizado.

O meu primeiro encontro com o menino era muito aclamado pela equipe que já o acompanhava e que contava com profissionais do CAPSi, da ONG que ele frequentava e da escola que ainda não havia decidido se iria aceitar ou não a sua matrícula, visto o histórico das escolas anteriores. Pareciam todos muito esperançosos com o destino que teria o menino depois do remédio que eu poderia prescrever “para acalmá-lo e fazê-lo ficar em casa e quem na escola” e com as explicações do laudo que contribuiriam para a decisão da escola, já que disso também dependia o trabalho da mãe, a provedora dessa família.

Sugeri conhece-lo próximo a ONG, na rua, onde costumava brincar e jogar bola. Caminhando atrás do menino que fazia questão de me ignorar, com razão, pois já haviam dito inúmeras vezes “hoje você tem encontro com a médica hein!”, assustei-me com a proximidade realmente intimidadora com a qual atravessou o trem do VLT. Dei um grito. Ele riu e, depois de um tempo resistindo, dirigiu o olhar para mim. E, enquanto conflituava-me com os registros de seu antigo laudo (“intimida”, “ausência de medo”), aproximava-me dele como quem queria saber de onde vinha tanta astúcia e coragem. E ele logo me disse, algo animado como quem busca qualquer brecha pra poder ser quem é: “desde que

eu sou pequeno que esse trilho tá no mesmo lugar, eu já acostumei porque brinco sempre aqui”.

Para além das muitas possibilidades de debates que este recorte da situação já nos convida, o retrato aqui para delimitar que em meu trabalho abordarei a medicalização não como o processo de definição das categorias nosológicas e critérios diagnósticos dos transtornos psiquiátricos, mas sobre como a linguagem médica a partir deles pode atravessar o território escolar de forma muito específica quando está informando sobre crianças negras, principalmente quando quem informa são médicos e médicas da raça branca. É a partir deste importante desnivelamento histórico e social entre as raças de quem documenta o laudo e da criança que é laudada que articulo o tema apresentado com o pensamento de Sueli Carneiro (2023) em *Dispositivo de Racialidade*, para alcançarmos algumas importantes compreensões pretendidas neste ensaio.

Partindo de que a “medicalização de que trata Foucault é um dispositivo central do exercício do que se chamaria de nascimento da biopolítica” (ZORZANELLI; ORTEGA; BEZERRA, 2013) e de que estamos abordando este tema circunscrito ao contexto da educação municipal do Rio de Janeiro, fica impossível não desejar investigá-lo estando articulado com as fundamentais contribuições de Sueli Carneiro para o movimento e pensamento sociais brasileiros e que agora, também, passam a ser fundamentais para a formação da perspectiva com a qual aguço meus sentidos e entro em campo.

Sueli Carneiro (2023) inicia sua potente tese afirmando de onde ela falará: “Falarei do lugar da escrava. Do lugar dos excluídos da res(pública). Daqueles que na condição de não cidadão estavam destituídos do direito à educação.”. Partindo do conceito de Dispositivo elaborado por Michel Foucault para apresentar, com a precisão que consegue, como emergem as figuras ontológicas brancos e negros no Brasil e como a racialidade produz poderes, saberes e subjetividades a uns e a negação destes a outros, em suas palavras: “a afirmação do ser das pessoas brancas se dá pela negação do ser das pessoas negras.” (p.13).

Michel Foucault (1976) nos apresenta o conceito de dispositivo pela primeira vez com a publicação de *História da Sexualidade I: A Vontade de Saber*. Tece o conceito como ferramenta analítica que pretende relacionar o saber com as relações de poder que o justificam e que são significadas por ele, ou seja, como o poder está em jogo nas

relações. Portanto, para Foucault, dispositivo é um conceito dinâmico e sempre em disputa, sendo compreendido por um conjunto de leis, instituições, práticas, discursos, arquiteturas, subjetivações, elementos discursivos e não discursivos que, por fim, criam e operam relações de poder.

Sem deixar de contemplar importantes conceitos apresentados por Foucault, Carneiro (2023) aponta as limitações do autor para pensar o biopoder em nossa realidade e se apresenta indignada com a forma como ainda é evidente “a recusa das evidências empíricas do tratamento desigual a que os negros estão submetidos na sociedade brasileira” (p.15). Através do dispositivo de racialidade, vai mostrar como o biopoder opera sobre corpos negros lhe determinando o assujeitamento de diversas formas e, no caso de sua tese, no sistema educacional. Não podemos, agora não mais, deixar de pensar que entre um carimbo médico de um laudo e uma criança laudada, há de se racializar todas as pessoas no processo e, racializando-as, passamos a interpretar todo este fenômeno compreendendo-o como parte do dispositivo de racialidade.

Sua tese é defendida no campo da educação e reforça como o racismo opera historicamente na exclusão de jovens negros no sistema educacional, o que me parece adequado pensar que as evidências apresentadas pela autora se relacionam com *as crianças laudadas* na rede pública de ensino, visto que a maioria das crianças matriculadas nesta rede são negras. Assim como também considero adequado pensar como a demanda dos laudos e as respostas que os mesmos entregam às escolas são tecnologias do biopoder operando no contexto educacional.

Vejamos, então, que se *O corpo é uma realidade biopolítica; e a medicina uma estratégia biopolítica;* (FOUCAULT, 1979, p.80), e compreendendo a medicalização como, além de o nascimento da biopolítica (FOUCAULT, 1976), um fenômeno irregular que depende de variáveis, como seus alvos e as configurações que o tornam mira, assumimos que alguns corpos são mais medicalizáveis que outros (ZORZANELLI; ORTEGA; BEZERRA, 2013).

Considerando, com todo exposto, que a medicalização potencialmente gera estigmatização, produz verdades, cria subjetividades e silenciamentos, muitas vezes afirmadas nos laudos psiquiátricos dos quais aqui dissertamos, e incide diretamente sobre a exclusão escolar, extensamente discutida na tese de Sueli Carneiro (2023), temos a

potencial possibilidade de, agora, criar novos debates que envolvam medicalização da educação, racismo e destinos de vida e morte.

Isso porque, articulando a medicalização como parte do dispositivo de racialidade, e a investigando a partir dessa lógica, nos aproximamos da hipótese aqui elaborada de que a medicalização incide de maneiras muito distintas sobre corpos negros e sobre corpos brancos. Pois é nesse engodo, nessa discrepância desumanizante entre as raças em todas instâncias que Carneiro (2023) desenvolve suas evidências e apresenta com rigor e potência as práticas discriminatórias de cunho racial e como estão associadas, através da biopolítica, ao signo da morte destinado aos corpos negros e ao signo da vitalidade destinado aos corpos brancos. É seguindo estes enlaces que desejo empenhar minha investigação em campo escolar, tendo os laudos médicos como objeto de pesquisa.

Cabe aqui, para concluir este ensaio, reforçar um elementar posicionamento ético que precede minhas lentes nesta elaboração e investigação, apresentando-me contrária à reprodução de históricas relações de autoritarismo com atores da escola, que também enfrentam as diversas camadas de violações de direitos e devem ser, antes de tudo, compreendidos como pilares nas lutas pela realização de um bom e justo processo de escolarização. Que estejamos, nesse caminho, encorpados também pela obra de Manoel de Barros (1999), que nos eterniza, literária e pragmaticamente que *a liberdade e a poesia a gente aprende com as crianças. E ficou sendo.*

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AZIZE, Rogerio. Uma neuro-*weltanschauung*? Fisicalismo e subjetividade na divulgação de doenças e medicamentos do cérebro. *Mana*, v. 14, n. 1, p. 7-30, 2008.

BARROS, Manoel. **Exercícios de ser criança**. 1 ed. São Paulo: Editora Salamandra, 1999.

CARNEIRO, Sueli. **Dispositivo de Racialidade: A construção do outro como não-ser como fundamento do ser**. Rio de Janeiro: Zahar, 2023.

FOUCAULT, Michel. Aula de 17 de março de 1976. *Em defesa da sociedade*. Curso no Collège de France. São Paulo: Martins Fontes; 1999. p. 285-315.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: A vontade de saber**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1998.

FOUCAULT, Michel. **Micrfísica do Poder**. Tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

KLEIN, Thaís; LIMA, Rossano Cabral. MAIS ALÉM DOS TRANSTORNOS DO NEURODESENVOLVIMENTO: Desdobramentos para a infância e a educação. **Movimento-revista de educação**, v. 7, n. 15, 28 dez, 2020.

MOYSÉS, Maria Aparecida Affonso; COLLARES, Cecília Azevedo Lima. Inteligência Abstraída, Crianças Silenciadas: as Avaliações de Inteligência. **Psicologia USP**, v. 8, n. 1, p. 63–89, 1997.

PATTO, Maria Helena Souza. **Mutações do cativoiro: escritos de psicologia e política**. São Paulo: Hacker Editores/Edusp, 2000.

VIÉGAS, Lygia de Souza; CARVALHAL, Tito Loyola. A MEDICALIZAÇÃO DA/NA EDUCAÇÃO EM UMA PERSPECTIVA INTERSECCIONAL: desafios à formação docente. **Movimento-revista de educação**, v. 7, n. 15, 23 dez, 2020.

VIÉGAS, Lygia de Souza; HARAYAMA, Ruy Massato; SOUZA, Marilene Proença Rebelo DE. Apontamentos críticos sobre estigma e medicalização à luz da psicologia e da antropologia. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 20, n. 9, p. 2683–2692, set. 2015.

ZORZANELLI, Rafaela; ORTEGA, Francisco; BEZERRA Jr., Benilton. Um panorama sobre as variações em torno do conceito de medicalização entre 1950-2010. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 19,n.6,p.859-1868,2014.